
Contato na mídia: Felicity Porritt, felicity.porritt@gmail.com, +44 (0) 7739 419219

Embargo: 00h01 GMT, quinta-feira, 6 de julho de 2017

Os maiores especialistas do mundo advertem sobre destruições ambientais irreversíveis assim como desastrosas consequências econômicas e para a saúde causadas pela ambição econômica não regulamentada.

Hoje um grupo de especialistas mundiais advertiu que o crescimento econômico desenfreado em muitas das grandes economias terá consequências econômicas e sociais desastrosas e causará danos ambientais irreversíveis.

Ao mesmo tempo em que chefes de estado se reúnem para o início da reunião do G20 em Hamburgo, o grupo de especialistas (consulte as Observações dos redatores abaixo) convoca líderes mundiais a colocarem o bem-estar humano à frente da ambição econômica desregrada, considerando que a busca desenfreada pelo crescimento econômico está, em muitos países mas particularmente nos mercados emergentes, debilitando não só o meio ambiente, mas também a própria prosperidade e os benefícios que ela busca conquistar em vários países, designadamente os mercados emergentes .

O grupo diz que enquanto o crescimento econômico acelerado gerou melhorias sem precedentes na área da saúde humana nas décadas recentes, muitas políticas que continuam a maximizar o crescimento sem fazer valer os controles ambientais estão agora chegando num ponto de redução dos lucros sociais.

O grupo, convocado pelo Simpósio de Mercados Emergentes (EMS) da faculdade Green Templeton College da Universidade de Oxford, inclui economistas, cientistas, formadores de opinião e empreendedores de destaque.

O relatório publicado hoje convoca líderes políticos e empresariais a reverter o consenso econômico tradicional de que iniciativas ambientais prejudicam o crescimento econômico e os negócios, incentivando-os a estar na vanguarda da mudança. Investir em economias de baixa emissão de carbonos e que são favoráveis a saúde oferece o potencial de reconciliar lucros e geração de empregos protegendo ao mesmo tempo o planeta para a geração atual e para as futuras.

O documento também alega que os tomadores de decisão têm se preocupado com o custo das intervenções para limitar os danos ambientais, que são vistos como prejudiciais aos negócios e ao crescimento, do que com o preço associado a *não* se fazer o que é necessário fazer.

Morte, doença e destruição: as consequências da negligência ambiental.

Particularmente, de acordo com o relatório, ameaças ambientais são um risco cada vez maior à saúde humana, especialmente em mercados emergentes como as futuras superpotências Índia e China, mas também para o mundo como um todo:

- De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 23% das mortes em todo o mundo se deve a fatores ambientais modificáveis - na maioria das vezes poluição atmosférica, que é a maior causa única de doenças e mortes em países mais pobres e em mercados emergentes. Uma série de estudos documentaram como as emissões de sistemas de energia públicos e domésticos se combinam em partículas finas que penetram os pulmões, causando doenças cardíacas e pulmonares além de câncer e aumento do risco de demência.
- A poluição atmosférica sozinha responde por volta de 7 milhões de mortes em todo o mundo; a poluição do ar atmosférico é responsável por uns 3 milhões de mortes e outras 4 milhões de mortes ocorrem por causa da poluição do ar doméstico. Esses números se comparam aos 1,1 milhões de mortes em 2015 por doenças relacionadas ao HIV e mais de 11 mil mortes na última

epidemia de ebola na África Ocidental; e ambas atraíram, devidamente, atenção e financiamentos em todo o mundo.

- O Banco Mundial estimou que só em 2013 a poluição atmosférica custou à economia mundial um prejuízo em torno de US\$225 bilhões causado somente por renda trabalhista perdida e que prejuízos relacionados à saúde causados pela névoa na cidade de Pequim somaram US\$3,7 bilhões somente em um mês.

O economista renomado mundialmente Jeffrey D. Sachs, Professor na Universidade de Columbia e Diretor da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, adverte:

Vinte e cinco por cento de todas as mortes no mundo hoje são, direta ou indiretamente, atribuídas a problemas de saúde causados pelo ambiente. Não podemos continuar a afundar a cabeça na areia. O aumento da poluição do ar e da água e a disseminação de novas doenças e de infecções resistentes aos medicamentos já estão incapacitando nossos sistemas de saúde e social. Precisamos de respostas urgentes e radicais, como por exemplo investir na prevenção das ameaças à saúde ambiental, mudar a forma como cultivamos e produzimos os alimentos e, é claro, migrar para fontes de energia renováveis."

Hora de abordar novas prioridades

Reduzir a alta mortalidade causada pela exploração e degradação ambiental muitas vezes precisará de mudanças radicais nas prioridades políticas, bem como de mudança no comportamento individual. Uma análise recente estimou, por exemplo, que as residências respondem por 81% do uso total das reservas de água doce. Porém, muitos lares não têm informações sobre como reduzir o impacto ambiental.

Até hoje, muita atenção foi focada na redução da queima do carvão pela indústria e pelas usinas com o objetivo de atingir as metas dos gases de efeito estufa. Por um lado, essas questões continuam sendo muito importantes, mas por outro lado novas evidências mostram que a poluição causada pela agricultura, especialmente pelos vapores dos dejetos do gado e pelos fertilizantes ricos em nitrogênio, supera agora todas as outras fontes de poluição atmosférica gerada por poeiras de partículas finas em vários países .

O cultivo intensivo gera implicações negativas fortes para a saúde humana e é uma força motriz no declínio da biodiversidade:

- O uso excessivo de antibióticos na criação intensiva de gado é o que mais contribui para o aumento da resistência antimicrobiana; na União Europeia e nos Estados Unidos a agricultura responde por mais de 75% do consumo antimicrobiano geral;
- Quase 80% do desmatamento em mercados emergentes da América Latina está ligado ao desenvolvimento da criação de gado na Amazônia;
- A produção, processamento e distribuição de carne respondem por até 40 vezes mais emissões de gases tóxicos (inclusive óxido nitroso e metano) do que os vegetais e grãos.

O Professor Rainer Sauerborn, Diretor do Instituto de Saúde Pública da Universidade de Heidelberg, comenta:

Precisamos parar de nos preocupar com os custos com redução de poluição ambiental e começar a nos preocupar com os enormes custos financeiros e humanos causados por não estarmos fazendo o que é necessário. Por exemplo, não há motivos para continuarmos a usar animais como fonte principal de proteína quando alternativas vegetais são não só mais benéficas à saúde, mas também ao meio ambiente.

A boa notícia é que se agirmos certo e reduzirmos a poluição do ar e da água, mais de 30% das doenças cardiovasculares e infecções do trato respiratório inferior, 50% das doenças diarreicas e 20% dos cânceres podem ser evitados."

Em um momento conturbado dos esforços internacionais para gerenciar as ameaças à saúde ambiental, o relatório apela para que líderes globais, inclusive na China, Índia e Europa, e também para que autoridades regionais e empresas em todo o mundo, se unam para implementar e aderir ao Acordo de Paris, um marco importante não só para a mudança climática, mas também para a história da saúde pública.

O relatório do EMS destaca que a necessidade de limitar danos ambientais em grande escala vai muito além das políticas climáticas e de energia que estão sendo discutidas em Hamburgo. Os debates não podem mais focar só nos custos econômicos, mas devem incluir também novas avaliações dos custos à saúde e bem-estar, inclusive pela poluição do ar e da água, má gestão de resíduos, degradação do solo e diminuição da biodiversidade.

As estratégias mais eficazes envolvem controlar os danos ambientais na fonte do problema: em vários países as emissões industriais no ar e na água foram regulamentadas, o chumbo foi removido da gasolina e pesticidas altamente tóxicos foram substituídos por opções mais seguras. Essas e outras intervenções podem servir como base para uma ação global urgente.

Ao mesmo tempo, iniciativas inovadoras feitas pelas empresas também são essenciais para a transição para novos caminhos na direção do desenvolvimento global. Novas pesquisas mostram que as empresas que focam na eco-inovação na Europa estão crescendo a uma taxa anual de 15%, em um momento em que muitos dos concorrentes estão lutando para sobreviver. O jogador de futebol da Premier League, Mathieu Flamini, que também é um dos maiores investidores em tecnologias inovadoras para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e de produtos do petróleo, comentou:

"Este relatório ressalta que as empresas e investidores precisam urgentemente voltar a atenção para solucionar as grandes ameaças ambientais da nossa era. Empresas em todo o mundo têm agora a grande oportunidade de trabalhar com soluções que sejam transformadoras para as economias e a longo prazo lucrativas para os investidores. Nossa empresa foi fundada para ser exatamente essa solução no setor de bioquímicos. São empresas como esta que conseguirão garantir um futuro sustentável - tanto para elas mesmas quanto para o planeta."

O que precisa ser feito: um resumo das recomendações

O relatório do EMS apresenta uma série de recomendações para ações futuras, e muitas delas geram benefícios catalíticos à saúde, à economia e ao meio ambiente em termos locais, nacionais e globais. São elas:

- **Liderança global:** Criar uma nova coalizão global de governo, empresas, sociedade civil e indivíduos para desenvolver uma visão estratégica de equilíbrio a longo prazo entre atividades econômicas e sistemas naturais. Essa coalizão também deve preparar o terreno para acordos globais obrigatórios a fim de assegurar uma gestão melhor de ameaças ambientais imediatas à saúde e ao bem-estar das pessoas.
- **Financiamento e inovação:** Desenvolver novas fontes de financiamento, inclusive "financiamento climático" de países de alta renda para ajudar os mercados emergentes e outros países a se adaptarem à mudança climática, bem como apoiar os investimentos iniciais para a migração para a energia renovável.
- **Governos regionais:** Reformar os sistemas fiscais e de subsídios atuais que trabalham contra melhorias ambientais e para a saúde. Em 2015, por exemplo, o FMI estimou que as empresas de combustíveis fósseis se beneficiavam de subsídios globais de US\$5,3 trilhões, mais da metade do total de gastos com saúde de todos os governos. Duplicar a parcela de energia renovável até 2030, não só reduzindo doenças causadas pela poluição do ar, mas também criando 24 milhões de empregos e aumentando o PIB global em 1,1%. Adotar um amplo "sistema único de saúde" que aborde tanto os determinantes de saúde sociais quanto os ambientais. Aumentar as porcentagens escassas dos orçamentos para a saúde atualmente gastas com prevenção (somente 3%, mesmo em países OECD ricos) para poder atingir a meta da OMS de reduzir doenças não-transmissíveis em 25% até 2025.
- **Autoridades locais:** Apoiar o papel dos líderes locais como veículos de mudança. Os prefeitos, por exemplo, foram os que falaram mais alto a favor do Acordo de Paris. Esse tipo de ação pode virar uma fonte de inspiração para outros distritos e autoridades locais.
- **Empresas:** Reverter o consenso econômico tradicional de que iniciativas ambientais prejudicam o crescimento econômico e os

negócios. Incentivar o preparo corporativo em áreas como finanças, tecnologia e propaganda para mobilizar e ajudar a mudar os comportamentos. Fortalecer a governança corporativa em mercados emergentes de modo que eles também possam crescer mais rápido ao focar na eco-inovação.

- **Sociedade civil:** Explorar novas formas de colaboração entre organizações não governamentais internacionais e organizações nacionais em mercados emergentes para fortalecer a mudança local.
- **Mídia:** Pressionar grandes empresas e mídias sociais a assumirem papéis mais proativos para assumirem a linha de frente em campanhas lideradas por interesses particulares que pretendam minar fatos ou disseminar "fatos alternativos" (notícias falsas).

Observações para redatores:

Este comunicado à imprensa reúne os pontos principais do resumo dos resultados, conclusões e recomendações de um simpósio realizado em 2017 no Green Templeton College, Universidade de Oxford. O relatório completo e o resumo da "*Saúde Ambiental em Mercados Emergentes*" estão disponíveis sob embargo até 00h01 GMT (20h01 EST) de 6 de julho de 2017 em:

<https://ems.gtc.ox.ac.uk/content/private/secure/environmental-health-emerging-markets-report-launch-2017?id=Uvw389kLpZ4>

A partir de 6 de julho de 2017 ambos estarão disponíveis no site do EMS: ems.gtc.ox.ac.uk.

O Simpósio de Mercados Emergentes (EMS) é uma iniciativa acadêmica do Green Templeton College, Universidade de Oxford que expressa o comprometimento da Universidade em aprimorar a saúde humana no mundo moderno.

O EMS foi criado em 2008 porque:

- (i) A prosperidade dos mercados emergentes é essencial para o mundo do século XXI;
- (ii) Questões complexas e urgentes relacionadas a saúde e assistência social, se não sanadas, restringiriam seu crescimento, coesão e estabilidade;
- (iii) Nenhum outro fórum se dedicou a essas questões e;
- (iv) O Green Templeton College conseguiu convocar autoridades de governos nacionais, instituições internacionais, empresas e organizações da sociedade civil para considerar as questões e recomendar mudanças práticas nas políticas e condutas que os ajude a resolvê-las.

O autor do A Saúde Ambiental em Mercados Emergentes é o diretor executivo do EMS, Ian Scott, Professor Associado da Green Templeton College e ex-diretor do Banco Mundial. O relatório tem o apoio dos seguintes participantes do Simpósio:

EMS Expert Group

Sir George Alleyne, Chancellor, University of the West Indies

Rifat Atun, Professor de Sistemas de Saúde Globais, Harvard TH Chan School of Public Health

Shaukat Aziz, Ex-Primeiro-Ministro, Paquistão

Dame Valerie Beral, Diretor, Unidade de Epidemiologia do Câncer, Universidade de Oxford

Frans Berkhout, Reitor Executivo de Ciências Sociais e Professor de Meio Ambiente, King's College, Londres

Suman Bery, Ex-Economista-Chefe, Royal Dutch Shell Corporation

John Boardman, Professor Emérito, Instituto de Mudanças Ambientais, Universidade de Oxford

Peter Bourne, Ex-Secretário-Geral Assistente, Nações Unidas

Jo Boyden, Professor de Desenvolvimento Internacional, Universidade de Oxford

Jeffery Burley, Professor Emérito de Silvicultura, Universidade de Oxford

Bhanu Choudhrie, Diretor Executivo, C&C Alpha Group

Abrar Chaudhury, Green Templeton College, Universidade de Oxford

Gordon Clark, Professor e Diretor, Smith School, Universidade de Oxford

Angela Coulter, Cientista de Pesquisa Sênior, Departamento de Saúde Pública de Nuffield, Universidade de Oxford

Paddy Coulter, Diretor de Comunicações, Iniciativa da Pobreza e do Desenvolvimento Humano, Universidade de Oxford

Carlos Dora, Intervenções para um Ambiente Saudável, Organização Mundial de Saúde

Michael Earl, Ex-Reitor, Templeton College, Universidade de Oxford

Sonia Ehrlich Sachs, Diretora, Departamento de Saúde, CSD, Universidade de Columbia

Sir Terence English, Ex-Presidente, Royal College of Surgeons

Lady English, Ex-Diretor, St Hilda's College, Universidade de Oxford

Saul Estrin, Fundador e Diretor, Faculdade de Administração, London School of Economics

Kevin Fenton, Diretor, Saúde e Bem-Estar, London Borough of Southwark

Mathieu Flamini, Jogador de Futebol da Premier League e Co-fundador da GFBiochemicals

Ken Fleming, Ex-Reitor, Departamento de Ciências Médicas, Universidade de Oxford

Martin Frick, Diretor, Clima, Energia e Ocupação, Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas

Yanzhong Huang, Professor Sênior, Conselho de Relações Exteriores, Nova York

Alexandre Kalache, Presidente, Centro de Longevidade Internacional, Brasil

Mary King, Professora de Estudos de Paz e Conflitos, University for Peace

Serra Kirdar, Membro Vitalício, St Antony's College, Universidade de Oxford

Madeleine Kunin, Ex-Governadora de Vermont

Ana Langer, Professora de Prática de Saúde Pública, Harvard T.H. Chan School of Public Health

Denise Lievesley, Diretora, Green Templeton College, Universidade de Oxford

Dame Anne Mills, Diretor e Reitor Substituto, London School of Hygiene and Tropical Medicine

David Molyneux, Professor Emérito e Membro Profissional Sênior, Liverpool School of Tropical Medicine

Ali Naghieh, Membro de Pesquisa, Said Business School, Universidade de Oxford

Maria Neira, Diretora de Saúde Pública, Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde, Organização Mundial de Saúde

Tim O'Riordan, Professor Emérito de Ciências Ambientais, University of East Anglia

Louise Pryor, Conselho de Recursos e Meio Ambiente, Institute and Faculty of Actuaries

Srinath Reddy, Presidente, Fundação de Saúde Pública da Índia

Sian Rees, Diretor de Envolvimento de Público e Pacientes, Oxford Academic Health Science Network

Jeffrey Sachs, Professor Quetelet de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Columbia

Rainer Sauerborn, Diretor do Instituto de Saúde Pública, Universidade de Heidelberg

Ian Scott, Diretor Executivo, EMS

John Stegeman, Diretor, Centro Woods Hole de Oceanos e Saúde Humana

Achim Steiner, Administrador, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas ex-Diretor, Oxford Martin School, Universidade de Oxford

Lise Van Susteren, Co-Fundadora, Climate Psychiatry Alliance

Nick Voulvoulis, Professor Adjunto de Tecnologia Ambiental, Imperial College, Londres

Vladmir Zakharov, Diretor, Instituto de Desenvolvimento Sustentável, Moscou

Junfeng Zhang (Jim), Professor de Saúde Global e Ambiental, Duke University